CARTA ABERTA AO POVO DE MINAS GERAIS E AOS BRASILEIROS

Prezados cidadãos e cidadãs,

O funcionalismo público estadual de Minas Gerais vem, com veemência, repudiar a mais recente tentativa de ataque aos interesses da nossa sociedade, que coloca em risco o exercício dos direitos sociais, coletivos e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça – valores estes tão caros e inegociáveis para todo o povo das nossas Minas Gerais e de todo o Brasil.

Na manhã de quinta-feira, 17/08/2017, em entrevista concedida a Radio Itatiaia, o Senador Antônio Augusto Junho Anastasia apresentou o projeto de lei (PLS 280/17) de sua autoria, que autoriza o poder público a delegar o exercício de polícia administrativa, a atividade de fiscalização para terceiros – diga-se, à iniciativa privada.

Sob falso argumento de "modernidade" e "eficiência", o Senador defende a "parceria" entre o poder público e empresas privadas, para que estas últimas exerçam o poder de polícia administrativa. É, como diz o ditado, *chamar o lobo para tomar conta do galinheiro*.

Todos sabemos aonde esta "história" irá chegar. Mesmo após os diversos escândalos de corrupção, que expos para o Brasil a relação promiscua entre empresas privadas e

suas atividades. Assim, as próprias empresas privadas passariam a ter o poder de se auto fiscalizar - ou seja, para que intermediários?

Esta proposta quebra princípios básicos da Constituição Federal ao propor transferir, para a inciativa privada, um poder que DEVE SER EXERCIDO PELO ESTADO, POR TRATAR-SE DE ATIVIDADES TÍPICAS E EXCLUSIVAS DE ESTADO. Ou seja, que cabem ao ESTADO, exclusivamente, exercer. Ao abrir esta possibilidade, abre-se, com certeza, mais espaços para a corrupção e os desvios do interesse público.

O povo brasileiro está cansado, é verdade, de tantos abusos e casos de corrupção. Também está cansado de receber serviços de péssima qualidade da parte do Estado: saúde, educação, segurança e outras áreas. Mas, temos que perguntar: é culpa do servidor público ou da irresponsabilidade de governantes que desviaram e continuam a desviar recursos da segurança, da saúde e da educação? Que retiram as condições dos servidores públicos de exercer a sua função pública com dignidade e eficiência para, depois, virem propor a terceirização destes serviços sob o argumento que o Estado é ineficiente.

Ora, INEFICIENTES SÃO OS GOVERNANTES, QUE MUDAM DE QUATRO EM QUATRO ANOS, DEIXANDO COMO RASTROS ESCÂNDALOS E ACUSAÇÕES DE DESVIOS E IMPROBRIDADE ADMINISTRATIVA.

Essa proposta de terceirização do serviço público com a promessa de mais eficiência é, nada mais nada menos do que um pretenso e falso argumento para uma privatização – agora disfarçada de parceria. Pior é saber que um político que construiu sua carreira pública apoiada diretamente na sua atividade de professor de Administração Pública desconsidere dois importantíssimos princípios que a regem: a Supremacia do Interesse Público sobre o Privado e o Controle/Segregação de Funções.

O senador Antônio Augusto Junho Anastasia, quando eleito em 2011 para o governo do Estado de Minas Gerais, assumiu em seu discurso de posse *"o compromisso de honrar cada página de nossa história. E de governar com os valores que dão dimensão tão ampla e singular e sustentam no alto do concerto da federação a nossa bandeira."* Entretanto, o que se viu ao longo de sua gestão foi algo totalmente diferente: descumpriu o compromisso assumido e deu os primeiros passos dessa caminhada

imoral de esfacelamento dos serviços prestados pelo Estado à sociedade mineira. Cumpre lembrar que deixou o Estado de Minas Gerais QUEBRADO. Mas, hoje, veio a público dizer que os governos não têm condições de realizar concursos públicos e para propor um projeto que irá, na verdade, tornar o serviço público, já precarizado durante anos de desgoverno, um BALCÃO DE NEGÓCIOS, uma mercadoria a espera da etiqueta de preço.

Quando governador de Minas Gerais, o hoje senador Anastasia não desenvolveu, por exemplo, uma política séria de combate à sonegação fiscal. Ao contrário, somente no ano de 2012, realizou o fechamento de 18 postos de fiscalização da Receita Estadual de Minas Gerais, promovendo um verdadeiro sucateamento da estrutura de arrecadação do Estado. Outro exemplo da falta de compromisso para com a verdade dos fatos é a sua interpretação do desastre ambiental em Mariana, quando rompeu a barragem de rejeitos da empresa Samarco. Segundo o Senador, o Órgão Ambiental DNPM, e o próprio SISEMA (Sistema Estadual do Meio Ambiente) teriam poucos fiscais para realizar a fiscalização de mais de 600 barragens – contudo, ele não explica que foi durante os 12 anos em que esteve à frente do Governo de Minas Gerais que os investimentos na área ambiental caíram a míseros 0,35% de todo o orçamento geral executado do Estado. Que os recursos arrecadados pelo Meio Ambiente foram desviados para obras no Mineirão, que seu governo foi negligente nos investimentos nos órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais.

O senador Anastasia não tem o apoio do funcionalismo público estadual de Minas Gerais nem do povo mineiro a este projeto. Repudiamos veementemente tal medida e lutaremos contra esse projeto de lei de terceirização da atividade de fiscalização, que é uma afronta ao serviço público, a sociedade mineira e ao nosso Brasil. Este projeto de lei é, sem dúvida, um desserviço à toda a sociedade mineira e brasileira. O exercício do poder de polícia é missão fundamental e intransferível da Administração Pública.

Os servidores públicos de todo o Brasil vem sendo tachados como os vilões e culpados pela grave crise econômica, social e de representatividade que assola o nosso país. A partir desta visão, surgem os mais diversos movimentos antidemocráticos com o intuito de atacar o "problema nacional" – o serviço público, as políticas sociais, o direito à livre organização e garantias básicas: saúde, educação, segurança. Tudo passou a ser visto

como benesses de poucos. Mas na verdade, trata-se de falso discurso cujo objetivo é privatizar o Estado, tornar os serviços públicos uma mercadoria a ser precificada, mercantilizada. Medidas como a Reforma Trabalhista, a Terceirização irrestrita, a reforma da previdência completam este quadro de ataque aos direitos arduamente conquistados coma Constituição de 1988 – a Constituição Cidadã.

Mais uma vez, qualquer projeto de lei neste sentido, além de inconstitucional, por ferir o princípio da exigência do concurso público, alcança ainda demais preceitos básicos da moralidade administrativa, impessoalidade, competências e prerrogativas.

A grave crise que vivemos decorre principalmente da relação promiscua que se estabeleceu entre o Estado e os setores privados, facilitando atos de corrupção e o desmantelamento dos entes estatais. Agora, com uma proposição indecorosa, pretende-se trazer as facilidades encontradas nos corredores da política nacional para os atos de comando e controle, possibilitando assim a total entrega do Estado brasileiro aos reais donos do poder, que já não se contentam em controlar as decisões políticas e jurídicas da nação, mas pretendem também promover o desmonte da última fileira de resistência, que se encontra nas carreiras típicas de estado.

Declaramos o repudio total a estas medidas que visem substituir os servidores públicos por qualquer outro tipo de mão de obra desqualificada e descomprometida com o bem comum e o interesse público.